

**(TERMO DE REFERÊNCIA)**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA  
DISPONIBILIZAR CIRCUITOS  
DEDICADOS DE INTERNET PARA  
ACESSO À REDE MUNDIAL DE  
COMPUTADORES**

## 1. OBJETO

- 1.1 O presente pregão destina-se ao Registro de Preços para eventual contratação de empresa para disponibilizar circuito dedicado de Internet e links de Internet xDSL para acesso à rede mundial de computadores, cujas características constam das Especificações Técnicas, Anexo I e Anexo II deste Termo de Referência.

## 2. PROCESSO LICITATÓRIO

- 2.1. A licitação será realizada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, devidamente atualizada, a Lei nº 10.520/2002 e legislação correlata.

## 3. ENDEREÇOS PARA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

- 3.1. Todos os circuitos dedicados de Internet serão instalados nas localidades (Cidades e UF) especificadas no ANEXO III - Endereços das Localidades.

## 4. ESTIMATIVA DE CUSTO

- 4.1 O valor total dos itens agrupados está estimado em **R\$ 1.017.566,72** (um milhão dezoito mil quinhentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos).
- 4.2 Os itens foram agrupados por localidade para contratação do valor mensal, incluindo separadamente o valor da instalação conforme detalhamento a seguir:

Grupo	Item	Descrição	A Link (Mbps)	B Qtde	C Valor unitário (R\$)	B * C Valor total (R\$)	(B * C) * 12 Valor anual (R\$)
01	01	Link dedicado de Internet em Brasília	100	04	19.351,39	77.405,56	928.866,72
	02	Instalação de link dedicado	-	04	2.775,00	11.100,00	-
02	03	Link de Internet xDSL em Montes Claros	10	02	400,00	800,00	9.600,00
	04	Instalação de link de internet xDSL	-	02	200,00	400,00	-
03	05	Link de Internet xDSL em Bom Jesus da Lapa	10	02	400,00	800,00	9.600,00
	06	Instalação de link de internet xDSL	-	02	200,00	400,00	-
04	07	Link de Internet xDSL em Petrolina	10	02	400,00	800,00	9.600,00
	08	Instalação de link de internet xDSL	-	02	200,00	400,00	-
05	09	Link de Internet xDSL em Aracaju	10	02	400,00	800,00	9.600,00
	10	Instalação de link de internet xDSL	-	02	200,00	400,00	-
06	11	Link de Internet xDSL em Penedo	10	02	400,00	800,00	9.600,00
	12	Instalação de link de internet xDSL	-	02	200,00	400,00	-
07	13	Link de Internet xDSL em Juazeiro	10	02	400,00	800,00	9.600,00
	14	Instalação de link de internet xDSL	-	02	200,00	400,00	-

08	15	Link de Internet xDSL em Teresina	10	02	400,00	800,00	9.600,00
	16	Instalação de link de Internet xDSL	-	02	200,00	400,00	-
09	17	Link de Internet xDSL em São Luís	05	02	300,00	600,00	7.200,00
	18	Instalação de link de internet xDSL	-	02	200,00	400,00	-
Total de instalações							14.300,00
Total do valor anual							1.003.266,72
Total Geral							<b>1.017.566,72</b>

- 4.3 O valor referente a instalação dos links será cobrado apenas no primeiro ano contratual numa única vez, referente à ativação dos circuitos de acesso à Internet.

## **5. CONSÓRCIO**

- 5.1. Não é permitida a participação nesta licitação por meio de consórcio de empresas.

## **6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 6.1. Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas do ramo, que atendam às exigências deste Edital.
- 6.2. Será permitida a participação de empresas nacionais ou estrangeiras estabelecidas no Brasil em regime individual.
- 6.3. **Não será permitida a participação de empresas:**
- a) **Cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários, empregados ou ocupantes de função gratificadas na CODEVASF;**
  - b) **Empresa declarada inidônea por Órgão ou Entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;**
  - c) **Empresa suspensa de licitar ou contratar com a CODEVASF; e**
  - d) **Em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;**
  - e) **Estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País.**
- 6.4. A participação na licitação implica na aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e de seus Anexos, e na responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

## **7. VISITA**

- 7.1. As licitantes poderão visitar o local onde serão instalados os equipamentos, com a finalidade de se inteirarem dos serviços a serem executados e de avaliarem adequadamente os problemas futuros, de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes da sua execução.
- 7.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "*in loco*" das dificuldades, bem como do dimensionamento dos dados necessários para a formulação da proposta. A não verificação das dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.
- 7.3. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante.
- 7.4. Para visita aos locais onde serão executados os serviços deverá ser contatada a localidade, respectiva, indicada no Anexo III, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

## **8. PRAZO DE EXECUÇÃO**

- 8.1 O prazo para a execução dos serviços objeto desta licitação terá a duração de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato. Podendo ser prorrogado após avaliação da qualidade dos serviços prestados e dos preços praticados no mercado, de forma a manter a condição mais vantajosa para a administração pública, limitado a 60 (sessenta) meses, mediante manifestação expressa das partes.

## **9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 9.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em moeda corrente nacional, a partir do recebimento definitivo, correspondente aos serviços efetivamente executados e aceitos, e de conformidade ao discriminado na proposta da CONTRATADA, mediante apresentação das faturas/notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.
- 9.2 Os serviços ora contratados serão cobrados por meio de faturas/notas fiscais emitidas pela CONTRATADA, referentes aos serviços prestados no mês, deverão ser entregues na AE/GTI no mesmo período e após serem atestadas pela fiscalização, serão pagas em até 30 (trinta) dias.
- 9.3 O pagamento referente ao mês de ativação ou de desativação dos serviços contratados será proporcional ao número de dias do mês comercial, considerado este como sendo de 30 (trinta) dias corridos.
- 9.4 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, e creditado em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficarem explicitados o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

- 9.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, bem como, Nota Fiscal/Fatura que possua valor divergente do estabelecido no contrato, ou mesmo, que apresente mês de referência ou prazo para pagamento inferior 30 (trinta) dias corridos.
- 9.6 À CODEVASF fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a execução dos serviços, estes não estiverem em perfeitas condições, de acordo com as exigências contidas no edital e seus anexos.

## 10. REAJUSTE DOS PREÇOS

- 10.1 Os preços permanecerão válidos por um período mínimo de um ano, após assinatura do instrumento contratual. Após esse prazo poderão ser reajustados mediante solicitação da contratada aplicando-se a seguinte fórmula:

$$IR = \frac{IST_{MêsRenovação} - IST_{MêsBase}}{IST_{MêsBase}} \times 100$$

onde:

**IR** corresponde ao índice de reajustamento;

$IST_{MêsRenovação}$  corresponde ao valor do Índice de Serviços de Telecomunicações referente ao mês de renovação;

$IST_{MêsBase}$  corresponde ao valor do Índice de Serviços de Telecomunicações referente ao 12º (décimo segundo) mês anterior ao mês de renovação.

- 10.2 Será utilizado como índice o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), normatizado inicialmente pela Resolução nº 420 e revisado pela Resolução nº 532 de 03/08/2009, publicado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

## 11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Ficará impedido de licitar e contratar com a Codevasf e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no presente Contrato e das demais cominações legais, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta:
- 11.1.1 Não celebrar o contrato;
  - 11.1.2 Deixar de entregar documentação ou apresentar documentação falsa;
  - 11.1.3 Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
  - 11.1.4 Não mantiver a proposta;

- 11.1.5 Falhar e fraudar a execução do contrato;
- 11.1.6 Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.7 Cometer fraude fiscal.
- 11.2 A CONTRATADA sujeitará as penalidades abaixo, conforme previsto nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93.
  - 11.2.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
    - 11.2.1.1 Advertência;
    - 11.2.1.2 Multa;
    - 11.2.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
    - 11.2.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
  - 11.2.2 As sanções previstas nos subitens 11.2.1.1, 11.2.1.3 e 11.2.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com as da 11.2.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
  - 11.2.3 Reputar-se-ão inidôneos atos praticados pela CONTRATADA como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.
  - 11.2.4 A sanção estabelecida no subitem 11.2.1.4 é de competência exclusiva do Presidente da Codevasf, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
  - 11.2.5 As sanções previstas nos subitens 11.2.1.3 e 11.2.1.4 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93:
    - 11.2.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
    - 11.2.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
    - 11.2.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.3 O contrato poderá ser rescindido na forma e situações previstas nos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- 11.4 Na aplicação das sanções deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para os serviços e para os usuários, a vantagem

auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.

- 11.5 A CONTRATANTE notificará a CONTRATADA por descumprimento de cláusulas contratuais, verificadas ao longo do mês mais recente de execução contratual. O somatório servirá como base de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta seja aplicada observado o devido processo legal:

Pontuação	Sanção
Pontuação < 1,0	Nenhuma sanção
$1,0 \geq \text{Pontuação} < 2,0$	Advertência
$2,0 \geq \text{Pontuação} < 3,0$	Multa correspondente a 5% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
$3,0 \geq \text{Pontuação} < 4,0$	Multa correspondente a 10% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
$4,0 \geq \text{Pontuação} < 5,0$	Multa correspondente a 15% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
$5,0 \geq \text{Pontuação} < 6,0$	Multa correspondente a 20% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
$6,0 \geq \text{Pontuação} < 10,0$	Multa correspondente a 25% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
$\text{Pontuação} \geq 10,0$	Rescisão unilateral do Contrato e aplicação da sanção administrativa de “Suspensão Temporária para contratar com a Codevasf”

**Tabela 1 – Critérios a serem utilizados na aplicação de sanções administrativas**

- 11.6 As penalidades aplicadas serão registradas no SICAF.

- 11.7 **Tabela de Registro de Ocorrências**

Item	Descrição da Ocorrência	Nº Ocorrências	Pontos Descontados	Subtotal
1	Deixar de comunicar à CONTRATANTE, tempestivamente e por escrito, qualquer irregularidade verificada durante a execução do contrato.		0,3 ponto	

2	Apresentar indisponibilidade do número telefônico indicado para abertura do registro de reclamações sobre o funcionamento do serviço.		0,3 ponto	
3	Deixar de apresentar Projeto Executivo no prazo estabelecido.		0,4 ponto	
4	Não atingir o Índice de Disponibilidade Mensal para o circuito da Codevasf em Brasília.		1,0 ponto	
5	Não atingir o Índice de Disponibilidade Mensal para os circuitos das Superintendências Regionais (SR) da Codevasf.		0,7 ponto por SR	
8	Descumprir o prazo máximo para normalização do serviço de dados para os circuitos das Superintendências Regionais (SR).		0,7 ponto por SR	
9	Descumprir o prazo máximo para normalização do serviço de dados para o circuito da Administração Central da Codevasf.		1,0 ponto	
10	Reincidência de descumprimento do prazo máximo para normalização do serviço de circuito de dados no mês subsequente para qualquer localidade da Codevasf.		1,0 ponto	
11	Deixar de fornecer relatório que permita à CONTRATANTE acompanhar a execução ou a qualidade dos serviços da prestados.		0,3 ponto	
12	Reincidência por deixar de fornecer relatório que permita à CONTRATANTE acompanhar a execução ou a qualidade dos serviços da prestados, no mês subsequente.		0,5 ponto	
13	Buscar transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas no fornecimento do serviço.		0,4 ponto	
14	Deixar de reapresentar nova cobrança em até 60 dias corridos, após a devolução de documento de cobrança que apresentou erros, inconsistências ou desacordos com o previsto contratualmente.		0,5 ponto	



15	Em caso de reincidência, no mês subsequente, por deixar de reapresentar nova cobrança em até 60 dias corridos, após a devolução de documento de cobrança que apresentou erros, inconsistências ou desacordos com o previsto contratualmente.		0,8 ponto	
16	Descumprir o prazo máximo para ativação de enlace.		1,0 ponto	
17	Retirar das dependências da Codevasf peça, componente ou material sem prévia autorização da gestão ou fiscalização contratual.		0,4 ponto	
18	Deixar de retirar das dependências da Codevasf peça, componente ou material não mais utilizado, cuja remoção foi solicitada pela gestão ou fiscalização contratual e dentro do prazo de retirada de 30 (trinta) dias.		0,4 ponto	
19	Não apresentar o seguro-garantia contratual no prazo estabelecido.		3,0 pontos	
20	Incompatibilizar-se com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório para a contratação, durante toda a vigência do contrato.		3,0 pontos	
Σ Pontos Perdidos no Mês				

#### 11.8 Modelo de Sanções Administrativas - Planilha de Controle Mensal

*Aplicação de sanções administrativas previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, de acordo com o somatório da pontuação decorrente das ocorrências acumuladas no último mês de execução contratual...*

Item	Data da Ocorrência	Pontos perdidos
Σ pontos perdidos		

#### 11.9 A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados decorrentes das obrigações desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; ou que impeça a

sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

- 11.10 As multas devidas serão recolhidas mediante a aplicação de glosa, ou GRU pela CONTRATADA em favor da UNIÃO, no prazo de 30 (trinta) dias, ou cobradas judicialmente. E sendo a multa por atraso injustificado na execução do contrato, será descontada da garantia do respectivo contratado, conforme previsto no art. 86, § 2º e § 3º, da Lei nº 8.666/93.
- 11.11 Ocorrida à inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF.
- 11.11.1 A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 30 (trinta) dias.
- 11.11.2 Não havendo qualquer importância a ser recebida pela licitante vencedora, esta será convocada a recolher à Gerência de Contabilidade / Gerência de Finanças da CODEVASF o valor total da multa, no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da data da comunicação.
- 11.12 A licitante vencedora terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data da cientificação da aplicação da multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvido o fiscal designado para o acompanhamento do contrato, o recurso será apreciado pelo Gerente Executivo da Área de Gestão Estratégica, que poderá rejeitar ou não a multa.
- 11.13 Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 11.14 Caso a CODEVASF mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

## **12. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS**

- 12.1 A licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação:
  - 12.1.1 Apresentar declaração que tem a autorização de órgão regulador para explorar os serviços objeto deste Termo de Referência na localidade da contratante, com o intuito de oferecer serviços de dados para acesso à Internet.
  - 12.1.2 Apresentar atestado de capacidade técnica, expedido em nome da LICITANTE, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual deverá contemplar a implantação e operação de serviços de dados para acesso à Internet com links dedicados compatíveis com o objeto deste edital.
  - 12.1.3 A empresa que vier a ser contratada deverá comprometer-se a não divulgar, sob qualquer pretexto, tanto as características da solução de rede a ser fornecida, quanto quaisquer outras informações, que porventura venha a ter acesso, em função do desempenho das atividades inerentes aos serviços a serem prestados, sujeitando-se

à aplicação das penalidades previstas em Lei e responsabilizando-se pela reparação de possíveis danos causados à CODEVASF, em decorrência da divulgação de quaisquer dessas informações.

- 12.1.4 O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 12.1.5 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 12.1.6 Atender às especificações técnicas exigidas no **ANEXO I e II**.

### **13. REGIME DE CONTRATAÇÃO**

O regime de contratação será pelo **menor preço global por grupo de itens**, ou seja, poderá haver até 9 (nove) empresas distintas vencedoras nesse processo licitatório.

### **14. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 14.1 Os recursos orçamentários para contratação dos serviços serão informados posteriormente conforme estabelece o § 2º, art. 7º, do Decreto nº 7.892/2013. Serão exigidos para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

### **15. FISCALIZAÇÃO**

- 15.1 A fiscalização dos serviços será feita diretamente pela CODEVASF por meio da Gerência de Tecnologia da Informação, por servidor formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
- 15.2 A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a CONTRATADA, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato.
- 15.3 A CONTRATADA fica obrigada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de suas atribuições.
- 15.4 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à Gerência de Tecnologia da Informação, responsável pela execução do contrato.
- 15.5 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

- 15.6 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE**

- 16.1 Manter equipe especializada disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- 16.2 Instalar, ativar, configurar, efetuar a manutenção e operação dos equipamentos de conectividade necessários à prestação do serviço;
- 16.3 Cumprir os prazos para implantação, instalação, alteração de endereço e desativação dos links contratados;
- 16.4 Efetuar monitoramento da sua infraestrutura a fim de identificar problemas de funcionamento no ambiente instalado, antecipar e prevenir a ocorrência de descontinuidade dos serviços contratados e fornecer o suporte técnico e soluções junto ao Contratante garantindo o padrão de qualidade;
- 16.5 Indicar preposto na cidade de Brasília para atuar como ponto focal da Contratada e representá-la durante a vigência contratual, objetivando prestar esclarecimentos e informações pertinentes ao contrato e ao faturamento, receber e resolver notificações e reclamações, efetuar acordos a respeito do serviço, dentre outras atribuições, apresentando nome, endereço de e-mail, telefone fixo e celular com código de área 71, inclusive para os casos de urgência, em observância ao disposto no art. 68 da lei 8.666/93;
- 16.6 Prover modalidades de abertura de chamados, contemplando os seguintes requisitos:
- 16.7 Disponibilizar Portal de Atendimento em domínio público na Internet como canal principal e preferencial para abertura de chamado e outras solicitações, por meio de interface web, contemplando, no mínimo, o fornecimento das seguintes informações: designação (ou identificação) do circuito do link instalado, localidade, nome do responsável pela abertura do chamado registrado e campo para descrição do chamado;
- 16.8 A abertura de chamados poderá ser efetuada por envio de mensagem de e-mail ao sistema de registro de ocorrências da Contratada, desde que de forma automática e quase imediata

seja fornecido o número de protocolo/registro em resposta ao remetente da mensagem de abertura do chamado;

- 16.9 O Portal de Atendimento deve permitir efetuar consultas de todos os chamados e solicitações registrados, independente da modalidade de abertura, apresentando informações atualizadas de sua situação;
- 16.10 Disponibilizar Central de Atendimento como canal secundário para abertura de chamados e outras solicitações, a ser acessada por número único nacional não tarifado (0800) ou ligação local. O Contratante não poderá esperar mais do que 60 (sessenta) segundos em linha para ser atendido, conforme legislação brasileira;
- 16.11 A Contratada deve fornecer número de protocolo após a abertura de chamado ou solicitação, considerando quaisquer das modalidades de abertura;
- 16.12 O Portal e a Central de Atendimento deverão estar à disposição do Contratante para recebimento de reclamações e solicitações de serviços no período de 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano;
- 16.13 Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas aos chamados ou solicitações abertas, como tempo de início e fim de atendimento, identificação do elemento (equipamento, enlace ou serviço) afetado, nome, telefone e e-mail do contato no Contratante que foi posicionado acerca do reparo e restabelecimento do serviço, registro histórico durante a execução dos procedimentos, descrição detalhada da resolução do chamado com um código associado e responsabilidades;
- 16.14 Os chamados serão abertos por técnicos do Contratante que porventura venha a ser contratado;
- 16.15 Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço. Não será aceita a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para terceiros, exceto no caso de transferência de Contratos de Concessão ou de Permissão, ou de Termo de Autorização;
- 16.16 Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável ao objeto da contratação, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados ao Contratante;

- 16.17 Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação;
- 16.18 Aceitar, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, as alterações de até 25% (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessárias;

## 17. RECEBIMENTO DO OBJETO

### 17.1 DOS PROCEDIMENTOS PARA RECEBIMENTO E PRAZO DE INSTALAÇÃO PARA ACEITE DO OBJETO

- 17.1.1 Os serviços objeto deste Edital deverão ter início na data de assinatura do contrato. E o prazo máximo 60 dias corridos, para a conclusão de todas as etapas e para que seja feito o aceite provisório pela Gerência de Tecnologia da Informação. O início do faturamento do contrato se dará a partir da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços ora contratados.
- 17.1.2 A contratada deverá apresentar um Projeto Executivo de implantação do link de Internet contratado, no prazo de 15 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, contendo o cronograma de instalação dos circuitos e os serviços que serão prestados. O projeto executivo será apresentado em uma das localidades da Contratante de forma presencial ou por meio de videoconferência, observados os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e seus Anexos.
- 17.1.3 A implantação de cada circuito ocorrerá com a entrega de relatório individual (denominados relatórios de implantação) dos pontos constantes do **ANEXO I**:
- a) Com disponibilidade mínima conforme o **item 1.6** das Especificações Técnicas do acesso à Internet, do Tipo Dedicado;
  - b) De utilização de banda *in* e *out* não inferior a 90% (noventa por cento), tráfego gerado **com stress do circuito pela contratada** por 3 (três) dias consecutivos;
  - c) De perda e descarte de pacotes *in* e *out*;
  - d) Erro *in* e *out*.
- 17.1.4 O prazo para instalação de novo circuito ou remanejamento de circuito para outro endereço é de 60 (sessenta) dias a partir do pedido formal da contratante. Sendo esse o

prazo para conclusão de todas as etapas, aceite provisório pela Gerência de Tecnologia da Informação, inclusive para entrega dos relatórios que trata o item anterior.

## **18. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 18.1 Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma “Caução de Execução” no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada previamente à assinatura do contrato, em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, Seguro Garantia ou Fiança Bancária, a critério da CONTRATADA.
- 18.2 Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do Contrato será devolvida a Caução de Execução, uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.
- 18.3 A caução em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.
- 18.4 Em caso de aplicação de multa contratual a caução deverá ser reforçada ao valor integral.
- 18.5 Não haverá qualquer restituição de caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a caução reverterá e será apropriada pela CODEVASF.

---

**HERNANY SILVEIRA ROCHA**  
Chefe da Unidade de Governança de TI



## ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ACESSO À INTERNET, DO TIPO DEDICADO

### 1. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

- 1.1. O serviço de acesso dedicado à Internet deverá prover endereços IP fixos válidos, por localidade contratada, livres para uso pelo Contratante, conforme tabela a seguir:

Localidade	Endereços IP válidos / Total endereços
Administração Central Codevasf	62 / 64

- 1.2. Os links de acesso dedicado à Internet deverão possuir dimensionamento correto para garantir a transmissão de dados de acordo com a velocidade contratada.
- 1.3. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação e funcionamento dos links instalados devem ser fornecidos pela Contratada.
- 1.4. A Contratada deverá viabilizar para o Contratante a aferição da velocidade dos links instalados durante a vigência contratual. Caso esse requisito não seja atendido, a Contratada não poderá refutar os meios utilizados pelo Contratante para procedê-la nem as potenciais consequências (não aceitação de link instalado, descontos no pagamento provenientes de descumprimento de acordos de nível de serviço e multas).
- 1.5. É facultado ao Contratante solicitar ativação de novos links de acesso à Internet, respeitando sempre o quantitativo máximo estabelecido em contrato, **por ITEM**, bem como a desativação de links em uso conforme sua demanda, observando-se os limites estabelecidos na legislação.
- 1.6. O acesso dedicado à Internet não pode possuir qualquer tipo de restrição de uso, seja de tempo (deve estar operacional 24h/dia, 7 dias/semana), seja de limite na quantidade de dados trafegados, seja pela restrição de tipo de dados em trânsito, porta lógica ou serviço. Os links de acesso à Internet deverão possuir garantia mínima de 99% (noventa e nove por cento) da banda contratada, tanto para download, quanto para upload.

### 2. Da implantação

- 2.1. Contratante e Contratada deverão elaborar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da assinatura do contrato, um plano conjunto de implantação gradual dos links de acesso à Internet, **por ITEM**.



- 2.2. O período de implantação total dos links de acesso à Internet elencados no Plano de Implantação será de 60 dias a partir da sua entrega formal pela Contratada.
  - a. A data de início da implantação poderá ser postergada pelo Contratante por até 60 (sessenta) dias em caso de situações que possam impactar no projeto, como, por exemplo, feriados, recessos ou situações de caso fortuito ou força maior.
  - b. O Plano de Implantação deverá detalhar as fases de instalação até o prazo final da implantação.
- 2.3. O Plano de Implantação deverá estar em conformidade com os requisitos deste Termo de Referência e seus anexos, bem como ser aprovado e assinado por ambas as partes, sendo o Contratante representado pelo Gestor do Contrato e a Contratada por seu responsável legal.

### **3. Da instalação**

- 3.1. Após a fase de implantação, a Contratada realizará a instalação dos links de acesso dedicado à Internet considerando as localidades listadas no Anexo I deste Termo de Referência e seus anexos.
- 3.2. O fornecimento e a passagem de cabos (fiação interna para ligação entre o quadro de “distribuição geral” (DG) e a sala em que os equipamentos serão acomodados nas localidades) será de responsabilidade da Contratada. A infraestrutura física da rede interna para viabilizar a passagem de cabos será de responsabilidade do Contratante.
- 3.3. A Contratada deverá fornecer os links obrigatoriamente terrestres, implementados por meio de pares metálicos ou fibra óptica ou rádio digital.
- 3.4. Não serão permitidos acessos à Internet via satélite.
- 3.5. A Contratada deve ajustar seu plano de trabalho em conjunto com a equipe técnica do Contratante, de maneira a adequar horários e procedimentos de configuração e testes.
- 3.6. A Contratada deve recompor obras civis e pintura eventualmente afetadas quando da passagem dos cabos, mantendo o padrão local, excetuando-se os casos em que estas

ocorrências sejam consequência de adaptações na infraestrutura necessária para passagem dos cabos, cuja responsabilidade será do Contratante.

- 3.7. A instalação dos links de acesso à Internet será acompanhada pelas equipes de gestão e fiscalização do contrato e pela Seção de Redes e Telecomunicações (SERTEL).
- 3.8. As visitas técnicas nos locais de instalação devem ser previamente agendadas com o Contratante.

#### **4. Da configuração**

- 4.1. A Contratada será responsável pela configuração dos equipamentos necessários para o correto funcionamento do link de acesso dedicado à Internet.
- 4.2. Dos testes para aceitação dos links instalados
- 4.3. Os seguintes procedimentos relacionados aos testes para aceitação dos links de acesso à Internet serão necessários:
  - a. Realização de testes de funcionamento de cada link de acesso à Internet, conforme a alínea 'b', com emissão de Termo de Aprovação e Aceite de Link Instalado pela equipe técnica do Contratante;
  - b. O aceite técnico dos links instalados se dará por meio da aprovação dos seguintes testes pelo Contratante:
    - i. Aferição, pela equipe da Contratada, da velocidade do link instalado, tanto para download quanto para upload, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência. O técnico de campo responsável pela instalação deverá acessar a ferramenta de medição de velocidade <http://simet.nic.br/medidor/>, por meio de computador ou notebook da própria Contratada, configurado com um dos endereços IP a serem fornecidos, gerar documento em formato PDF com o resultado da medição (impressão da tela com as informações) e encaminhar para o e-mail [ae.gti.uit@codevasf.gov.br](mailto:ae.gti.uit@codevasf.gov.br).
    - ii. O procedimento deverá ser repetido para cada endereço IP fornecido;

- iii. Confirmação do efetivo acesso à Internet pela equipe técnica do Contratante;
  - iv. Verificação do desempenho, pela equipe técnica do Contratante, dos links instalados dentro dos padrões estabelecidos no acordo de nível de serviço;
- 4.4. A Contratada fica responsável por viabilizar as condições para realização dos testes;
- 4.5. O link aprovado estará liberado para faturamento da sua utilização mensal;
- 4.6. O faturamento do custo de instalação dos links durante a fase de implantação se dará mensalmente, de acordo com os links que forem sendo concluídos, conforme a execução do plano a ser firmado entre Contratante e Contratada;
- 4.7. Da velocidade dos links de acesso à Internet e valor máximo admitido
- 4.8. Os links de acesso dedicado à Internet deverão ser instalados considerando a velocidade descrita no Anexo I;
- 4.9. As velocidades de download e upload devem ser simétricas e efetivas;
- 4.10. Após a fase de implantação, em caso de solicitação de instalação de links adicionais em um mesmo endereço, a Contratada poderá utilizar apenas um conjunto de equipamentos (modem/roteador) na localidade, desde que a velocidade total seja a soma das velocidades de todos os links solicitados. O respectivo pagamento será efetuado considerando a quantidade de links instalados no local;

## **5. Do uso de trunking**

- 5.1. O uso de trunking, ou seja, de mais de um enlace para atingir a velocidade contratada para cada link, será permitido;
- 5.2. Ao utilizar o recurso de trunking, o link somente atenderá aos critérios de qualidade se cumprir com o respectivo acordo de nível de serviço, ou seja, todos os enlaces que o compõem deverão estar funcionando corretamente;
- 5.3. A falha em um dos enlaces do trunking significará que o link contratado não estará operando devidamente, implicando em abertura de chamado de reparo e potencial aplicação de descontos e/ou multas;

## **6. Da alteração de endereço**

- 6.1. É facultado ao Contratante solicitar alteração de endereço do link instalado pela qual deverá pagar à Contratada o valor referente a uma instalação;
- 6.2. Nos casos de alteração de endereço, a Contratada poderá utilizar os mesmos equipamentos do link em uso (modem, roteador, etc.), no entanto, isso não poderá implicar no atraso da instalação no novo endereço;
- 6.3. O prazo para realização da mudança de endereço não pode ser superior a:
  - a. 10 dias se a mudança ocorrer dentro da mesma cidade;
  - b. 30 dias se a mudança ocorrer dentro do mesmo Estado;
- 6.4. A visita técnica para realização da alteração de endereço deve ser previamente agendada com o Contratante;
- 6.5. Os links instalados em novo endereço passarão pelos mesmos testes de aceitação constantes no item 5.2.4;

## **7. Da manutenção**

- 7.1. O serviço de manutenção dos links deve ser prestado pela Contratada, que deve atender, obrigatoriamente, as seguintes condições:
  - a. Todos os serviços de manutenção dos links de acesso dedicado à Internet são de inteira responsabilidade da Contratada e devem ser efetuados desde o início até o final do contrato, bem como estar totalmente cobertos pelo pagamento mensal relativo ao fornecimento de cada um dos links de acesso, sem quaisquer custos adicionais para o Contratante;
  - b. Realizar atendimento proativo e efetuar a manutenção corretiva assim que for detectado mau funcionamento de enlaces e equipamentos, ou problemas em instalações feitas, de forma que voltem a funcionar perfeitamente;
  - c. Realizar o serviço de manutenção no local de instalação do equipamento sempre que possível. Caso seja necessário remover o equipamento, a contratada deve providenciar a sua substituição por outro idêntico ou superior, em perfeito funcionamento;
  - d. Responsabilizar-se por todos os técnicos que forem realizar manutenção dos links instalados;
  - e. Garantir que os técnicos de suporte tenham conhecimento completo sobre toda a arquitetura de rede utilizada, e de todos os equipamentos e softwares de responsabilidade da Contratada que integram a modalidade de acesso à Internet.

## **8. Requisitos de Segurança Anti-DDoS**

- 8.1. A solução deve possuir a capacidade de criar e analisar a reputação de endereços IP, possuindo base de informações própria, gerada durante a filtragem de ataques, e interligada com os principais centros mundiais de avaliação de reputação de endereços IP.
- 8.2. A solução deve suportar a mitigação automática de ataques, utilizando múltiplas técnicas como White Lists, Black Lists, limitação de taxa, técnicas desafio-resposta, descarte de pacotes mal formados, técnicas de mitigação de ataques aos protocolos HTTP e DNS, bloqueio por localização geográfica de endereços IP, dentre outras.
- 8.3. A solução deve implementar mecanismos capazes de detectar e mitigar todos e quaisquer ataques que façam o uso não autorizado de recursos de rede, tanto para IPv4 como para IPv6, incluindo, mas não se restringindo aos seguintes:
  - a. Ataques de inundação (Bandwidth Flood), incluindo Flood de UDP e ICMP;
  - b. Ataques à pilha TCP, incluindo mal uso das Flags TCP, ataques de RST e FIN, SYN Flood e TCP Idle Resets;
  - c. Ataques que utilizam Fragmentação de pacotes, incluindo pacotes IP, TCP e UDP;
  - d. Ataques de Botnets, Worms e ataques que utilizam falsificação de endereços IP origem (IP Spoofing);
  - e. Ataques à camada de aplicação, incluindo protocolos HTTP e DNS, a solução deve manter uma lista dinâmica de endereços IP bloqueados, retirando dessa lista os endereços que não enviarem mais requisições maliciosas após um período de tempo considerado seguro pela CONTRATADA.
- 8.4. A contratada deve mitigar ataques por 3 horas, caso o ataque ultrapasse o SLA de mitigação contratado.
- 8.5. Caso o volume de tráfego do ataque ultrapasse as capacidades de mitigação especificadas ou sature as conexões, devem ser tomadas contramedidas tais como aquelas que permitam o bloqueio seletivo por blocos de IP de origem pelo qual o ataque esteja ocorrendo, utilizando técnicas como Remote Triggered Black Hole.
- 8.6. As soluções de detecção e mitigação devem possuir serviço de atualização de assinaturas de ataques.
- 8.7. A CONTRATADA deve disponibilizar um Centro Operacional de Segurança (ou SOC – Security Operations Center) no Brasil, com equipe especializada em monitoramento, detecção e mitigação de ataques, com opção de atendimento através

de telefone 0800, correio eletrônico, em idioma português brasileiro, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.

- 8.8. A mitigação de ataques deve ser baseada em arquitetura na qual há o desvio de tráfego suspeito comandado pelo equipamento de monitoramento, por meio de alterações do plano de roteamento.
- 8.9. Em momentos de ataques DOS e DDOS, todo trafego limpo deve ser reinjetado na infraestrutura da contratante através de tuneis GRE (Generic Routing Encapsulation), configurado entre a plataforma de DOS e DDOS da contratada e do contratante.
- 8.10. Para a mitigação dos ataques não será permitido o encaminhamento do tráfego para limpeza fora do território brasileiro.
- 8.11. As funcionalidades de monitoramento, detecção e mitigação de ataques devem ser mantidas em operação ininterrupta durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.
- 8.12. Em nenhum caso será aceito bloqueio de ataques de DOS e DDOS por ACLs em roteadores de bordas da contratada.
- 8.13. A contratada deve realizar a detecção de ataques em até de 15 (quinze) minutos.

## ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ACESSO À INTERNET, DO TIPO xDSL

### 1. Requisitos Gerais

1.1.1 O serviço de acesso à Internet, do tipo xDSL quando solicitados, serão instalados nas localidades contratadas, para uso pelo Contratante, conforme tabela a seguir:

Localidade	Velocidade do Link xDSL	Quantidade
1ª SR - Montes Claros	10	02
2ª SR - Bom Jesus da Lapa	10	02
3ª SR - Petrolina	10	02
4ª SR - Aracaju	10	02
5ª SR - Penedo	10	02
6ª SR - Juazeiro	10	02
7ª SR - Teresina	10	02
8ª SR - São Luís	05	02

1.1.2 Os links de acesso dedicado à Internet deverão possuir dimensionamento correto para garantir a transmissão de dados de acordo com a velocidade contratada.

1.1.3 A Contratada deverá fornecer o Provedor de Acesso, caso necessário.

1.1.4 Preparo para entrega dos links nos locais solicitados pela contratante;

1.1.5 Fornecer a CONTRATANTE todos os dados necessários para configuração dos equipamentos de cada local (Modem, roteadores, etc) para o correto funcionamento do acesso à internet;

1.1.6 Serviços de manutenção dos links de acesso à internet.

1.1.7 Os links de acesso à internet podem ser ativados em Linhas Telefônicas instaladas pela CONTRATADA sem custos adicionais aos previstos neste documento, ou seja, a CONTRATANTE pagará valor único pelo link de acesso à internet.

1.1.8 A linha telefônica instalada para ativação do acesso à internet deverá ser específica para esse fim, sem nenhum outro serviço ou tarifa ativo, inclusive serviço de voz.

1.1.9 Apesar dessa modalidade de acesso à internet poder ser ativado em linha telefônica convencional, não poderá haver procedimentos de conexão/desconexão.

1.1.10 Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links a serem instalados serão fornecidos pela CONTRATANTE sem nenhum custo adicional.

1.1.11 A CONTRATADA deverá disponibilizar meios de aferir a velocidade dos links instalados.

1.1.12 Caso esse requisito não seja atendido, a contratada não poderá refutar os meios utilizados pela CONTRATANTE para aferir as velocidades contratadas.

1.1.13 A tecnologia de acesso deverá ser compatível com Modem padrão xDSL homologados pela CONTRATADA.

## 2. Garantia de banda

1.1.1 Os serviços de acesso à internet deverão possuir a garantia de banda padrão para tecnologia xDSL empresarial.

## 3. Disponibilidade

1.1.1 Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

1.1.2 Os Links de acesso à internet deverão, quando solicitados, serem instalados, considerando os perfis constantes na tabela a seguir.

## 4. Acordo de Nível de Serviço

### Indicador

#### Nº 1 – Operar no Regime 24x7

Item	Descrição
<i>Finalidade</i>	Verificar a disponibilidade do link
<i>Meta a Cumprir</i>	Estar disponível todos os dias da semana
<i>Instrumento de medição</i>	Sistema automatizado de medição, software Open Source de Monitoramento – Zabbix
<i>Forma de Acompanhamento</i>	Relatório da ferramenta de monitoramento
<i>Periodicidade</i>	MENSAL
<i>Mecanismo de Cálculo</i>	Análise de relatório de gerenciamento
<i>Início de Vigência</i>	Data da operação do link de dados
<i>Ajuste no Pagamento</i>	$(\text{valor\_link} / \text{Total\_Dias\_Mês}) * \text{tempo\_parado\_hora}$
<i>Observação:</i>	Até variável Tempo_Parado_Hora atingir 72h. Após aplica-se multa.



### ANEXO III – ENDEREÇOS DAS LOCALIDADES E VELOCIDADE DA INTERNET

Unidade	Cidade	UF	Endereço	Contato	Telefone	Qtde Links	Velocidade Internet
Sede	Brasília	DF	SGAN Quadra 601 Conj. I - Ed. Dep. Manoel Novaes – CEP 70.830-901	André Luís	(61) 2028-4691	04	100 Mbps
1ª SR	Montes Claros	MG	Av. Geraldo Athayde 483, Alto São João –CEP 39400-292	Júlio Caiser	(38) 2104-7860	02	10 Mbps
2ª SR	Bom Jesus da Lapa	BA	Av. Manoel Novaes s/n, Centro – CEP 47600-000	Carlos Sales	(77) 3481-8032	02	10 Mbps
3ª SR	Petrolina	PE	R. Presidente Dutra, 160 – CEP 56300-000	Djan Silva	(87) 3866-7700	02	10 Mbps
4ª SR	Aracaju	SE	Rod. Paulo Barreto de Menezes, 2150, Sementeira – CEP 49040-025	Márcio Gonçalves	(79) 3226-8800 (79) 3226-8832	02	10 Mbps
5ª SR	Penedo	AL	Rod. Eng. Joaquim Gonçalves, Km-01, Santa Luzia – CEP 57200-000	Gilson Cândido	(82) 3551-2159 (82) 3551-2265	02	10 Mbps
6ª SR	Juazeiro	BA	Av. Comissão da Vale São Francisco S/N, Ypiranga – CEP 48900-000	Thiago Felipe	(74) 3614-6257 (74) 3614-6629	02	10 Mbps
7ª SR	Teresina	PI	R. Taumaturgo de Azevedo 2315, BL. 2. S/201, centro – CEP 64001-010	Willame Vieira	(86) 3215-0146 (86) 3215-4626	02	10 Mbps
8ª SR	São Luís	MA	Av. Alexandre de Moura nº 25, centro – CEP 65025-470	Geisa Magalhães	(98) 3227-2177	02	05 Mbps